



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA SOBRE OS "ACORDOS PACTUADOS EM DECORRÊNCIA DA TABELA SALARIAL DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES; LOB; PROMOÇÃO DE POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES; E OUTROS ASSUNTOS RELATIVOS A CATEGORIAL POLICIAL MILITAR E BOMBEIRO MILITAR".

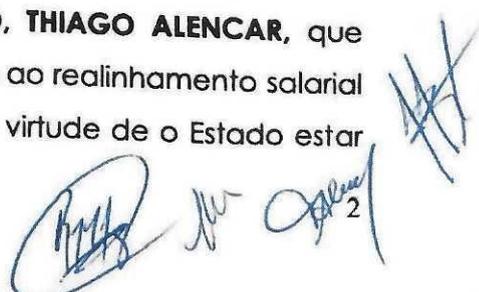
Às nove horas e cinco minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se em Audiência de Instrução Legislativa nos termos do **artigo 47-A do Regimento Interno** e da **Lei nº 3.951, de 19 de dezembro de 2016**, no Plenário desta Casa de Leis, o **Deputado Estadual Jesuíno Boabaid**, e os convidados: **CORONEL BM FELIPE BERNARDO VITAL-Secretário/SESDEC**, **BEATRIZ BASÍLIO MENDES-Secretária/SEPOG**, **CEL PM REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO-Comandante-Geral da PM**, **CEL BM JOSÉ CONSTANTINO DA SILVA JÚNIOR-Representante do Comandante-Geral – CBMRO** e **THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA-Procurador-Geral do Estado**; para discutir "*Acordos pactuados em decorrência da tabela salarial dos policiais e bombeiros militares; LOB; promoção de policiais e bombeiros militares; e outros assuntos relativos a categoria Policial Militar e Bombeiro Militar*". O Senhor **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** declarou aberta a audiência, agradecendo a todas as autoridades presentes. A audiência foi iniciada com uma retrospectiva de que o aumento salarial da categoria dependeria de uma reforma tributária, inclusive com o aumento do tributo ICMS. Após os trâmites legais, foi enviada a esta Casa de Leis a nova tabela salarial que foi aprovada no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Porém, apesar da aprovação, foram surpreendidos com reduções salariais, a exemplo do auxílio fardamento. As associações da categoria convocaram reunião no Cláudio Coutinho para reivindicar pautas de interesse de toda a categoria militar e firmaram acordos com diversas melhorias. Foi solicitada uma mediação perante o Tribunal de Justiça, o que fora negado por não ser dissídio. Ao tentar pela via do CNJ, este entendeu ser necessário esgotar a matéria *interna corporis*. Recorrendo ao STF, foi decidido que mesmo que haja um descumprimento de repercussão geral,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

é necessário aguardar o exaurimento dos recursos. Asseverou que ao assumir o mandato de Deputado Estadual, na primeira oportunidade, trouxe à tona essa demanda para deliberar junto às corporações militares, por estar entre um dos deveres do Poder Legislativo a fiscalização. Em seguida, o Deputado JESUÍNO passou a palavra ao **CORONEL BM VITAL, SECRETÁRIO DA SESDEC**, que informou que apesar da aprovação da tabela salarial, houve algumas reclamações, já tendo sido iniciado o processo para correção dos auxílios a fim de reestabelecer os valores perdidos, além de outros incrementos. Em dezembro de 2023, os estudos foram iniciados para realizar os ajustes necessários. Em janeiro de 2024, o TCE passou a realizar auditoria no processo de realinhamento salarial. Paralelo a isso, a SEPOG solicitou que fossem sobrestados todos os processos que houvesse impacto financeiro. Em março de 2024, a SESDEC fez nova consulta ao TCE a fim de saber se o aumento dos auxílios é considerado verba fixa e se enquadra, ou não, na LRF. Em julho de 2024, o TCE finalizou a análise dos questionamentos da SESDEC e respondeu que: os auxílios não se enquadram como ação governamental, no entanto, caracterizam-se como despesas de caráter continuado, enquadrando-se nos termos do artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Frisou que houve um impacto no orçamento do Estado. Ainda assim, o processo continua em trâmite, mas depende de outras circunstâncias financeiras e orçamentárias. Após, o **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** retomou a palavra alegando que compreende a situação orçamentária, enfatizando a existência de outras demandas acordadas como a criação de gratificação operacional aos policiais que estão nas ruas, estudo para criação de dois batalhões, melhora no acesso às promoções, redução do interstício, diminuição do tempo de curso de sargento, redistribuição do QO e a redução dos CDS dos oficiais. Ressaltou ainda que quando há interesse do governo, é possível a aprovação. Questionou sobre prazos, informações e impactos orçamentários e financeiros à **SECRETÁRIA/SEPOG, BEATRIZ BASÍLIO MENDES**, que, por sua vez, passou a palavra para o **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, THIAGO ALENCAR**, que informou que a principal preocupação em relação ao realinhamento salarial da segurança pública é o impacto financeiro, em virtude de o Estado estar





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

em estado de contingenciamento de despesas. Informou que há necessidade de ajustar as contas públicas e que, neste momento, não haveria condições de disponibilização de recursos para as pautas solicitadas pela categoria, mas que isso não impediria a realização de estudos. Destacou que o Estado de Rondônia precisa de um "fôlego fiscal/fiscal" com a retomada de receitas, e que a demanda não depende apenas da vontade do Governo. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID**, de forma respeitosa, informou que não concorda com fala da Procuradoria-Geral apontando a importância da categoria militar para o Estado de Rondônia, bem como a existência de orçamento para a execução do realinhamento. Em seguida, foi passada a palavra para a **ADVOGADA, DRA. ADA DANTAS BOABAID**, que enalteceu a importância da discussão sobre a matéria e que a fala da Procuradoria do Estado leva a pauta da categoria ao *status quo*. Disse que a polícia militar do Estado de Rondônia é a 2ª Polícia Militar mais honesta do Brasil, mas que não é valorizada como tal. Aduziu que os policiais militares não tinham conhecimento da tabela do reajuste e que há uma flagrante desproporção no reajuste salarial concedido à categoria, devendo os valores da tabela serem rediscutidos e redistribuídos entre as patentes. Pontuou que, na verdade, o que foi oferecido à época foi aceito por medo da categoria ficar sem nada. Ressaltou a importância e a responsabilidade da polícia e dos bombeiros militares que são frequentemente cobrados. Informou a existência de processos militares que estão investigando e apurando responsabilidades de militares que reclamaram dos reajustes salariais. Ao final, requereu uma decisão e, se necessário, a rediscussão da tabela. O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, THIAGO ALENCAR**, manifestou o respeito pela fala do Deputado Jesuino Boabaid e da Dra. Ada Dantas Boabaid, exaltando a democracia que nos permite o debate. Alegou que o Estado de Rondônia passa por um momento histórico com queda da receita, com a necessidade de compensações, e uma crise hídrica, mas que isso não implicará paralisação dos estudos dos pleitos. No entanto, não há como prometer um avanço na pauta porque o assunto se refere a despesa de pessoal e faz parte das contas de governo, não sendo exclusiva do Executivo, devendo ser incluído na





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

agenda o controle externo - Tribunal de Contas, porque sem ele o Executivo "não anda", já que é preciso aguardar a conclusão dos estudos e processos que estão em análise. Disse que é preciso ter responsabilidade fiscal e que não pode prometer algo que possa gerar insegurança jurídica. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** informou que precisará fazer uso da Lei nº 3.951, de 19 de dezembro de 2016, de sua autoria, que prescreve que tudo que for pactuado pode ser levado como um título exequível perante o Poder Judiciário e que o Tribunal de Contas quando é convidado a participar das tratativas afirma que não tem "nada a ver com isso". Diante da fala do PGE, o Deputado Jesuíno Boabaid faz a proposta da **DRA ADA DANTAS BOABAID** que, diante do descumprimento, que não haja o pagamento da segunda e terceira parcela enquanto não houver rediscussão da tabela salarial. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** aduz que o impacto orçamentário das demandas é ínfimo para o Estado. Logo em seguida, a **Secretária/SEPOG, BEATRIZ BASÍLIO MENDES** ratificou as informações trazidas pelo Procurador-Geral e informou que o Estado irá em breve emitir um Decreto de contenção de gastos devido a recessão econômica acarretada pela queda de arrecadação fiscal e acentuada pela crise hídrica. Informou que as Secretarias já estão realizando redução de despesas e que irá ter que fazer reduções no orçamento de 2025, e que o momento é de recessão. Retomou a palavra o **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** que indagou ao **MAJOR PM GLEYDSTON-SESEDEC** o valor gasto de CDS da Polícia e dos Bombeiros Militares, formalizando **Requerimento** para que **no prazo de 10 dias** sejam apresentados os valores pagos aos CDS da Polícia e dos Bombeiros Militares, não só dos coronéis, mas de forma geral. Indagou também sobre os valores pagos pelos totens e viaturas alugadas. À CEL ADMA foi questionada o quantitativo da polícia militar e quantos estariam cedidos para outros órgãos/instituições - bem como a quantidade de Licença de tratamento de saúde a fim de analisar o efetivo. Na sequência, à Secretária da SEPOG indagou se não houver a redução da arrecadação como o esperado, ainda assim o Estado vai querer fazer a contingenciamento do orçamento e não movimentar o processo de realinhamento dos valores pleiteados. À pergunta, a **Secretária/SEPOG, BEATRIZ BASÍLIO MENDES**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

respondeu que ainda assim devem ser analisados as exigências impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a emissão do Decreto de contenção de gastos haverá a discriminação do que poderá ou não ser "gasto", ressaltando que o Decreto passará pelo crivo da PGE. Foi dada a palavra ao SGT WALDINEI que informou que após a sanção da Lei a Associação foi ao CPA e pediu uma reunião com a PGE e o TCE para discussão de valores, pois há anos o Governo vinha criando uma expectativa de que a polícia militar/bombeiro militar teria um dos melhores salários do país, porém, na nova tabela salarial aprovada, os praças não foram beneficiados. Informou que há uma grande discrepância entre o tempo de promoções entre os oficiais e os praças, já que aqueles em menos de 15 anos de carreira já estão no final da carreira. Aduz que houve uma promessa de valorização salarial, mas o que ocorreu na verdade foi uma redução do poder de compra do policial, além de terem extinguido 2 gratificações da nova Lei, causando prejuízos financeiros. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** fez a sugestão de ser feita uma emenda à Constituição para que os Coronéis, que recebem o teto constitucional, fiquem referendados ao Governador, o que permitiria retirar os 20% que estes recebem a mais na sua remuneração, bem como sugeriu que fosse analisado um projeto de lei que garantisse o pagamento de uma gratificação para aqueles que tivessem o tempo de serviço e não fosse promovido, chamada de gratificação por função. Solicitou esforço do Secretário para que fossem feitas análises para contemplar a categoria militar, pois todos cobram segurança, mas nem todos querem contribuir? A **SECRETÁRIA/SEPOG, BEATRIZ BASÍLIO MENDES** ressaltou que todos estão falando do Tribunal de Contas, mas que ele apenas exerce o controle externo, e quem decide é o Governo. Acredita que o Estado em breve sairá desse estado fiscal. E que, por isso, não há necessidade de o Tribunal de Contas constar no processo. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** questionou sobre o pagamento de retroativos ao que lhe foi respondido pela Secretária/SEPOG que **não haverá pagamento de valores retroativos por vedação da LRF. O CORONEL BM VITAL, Secretário da SESDEC** informou o cenário mudou e que a resolutividade da situação também depende da questão orçamentária do Estado. O **CEL PM BRAGUIN,**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Comandante-Geral da PM, informou que as facções criminosas também estão acompanhando esta audiência de instrução legislativa e por isso trataria o tema com muita cautela. Enalteceu o papel do Governador do Estado de Rondônia que equiparou a polícia e bombeiro militar à polícia civil, observando que Rondônia subiu no ranking salarial brasileiro das polícias e bombeiros militares. Pontuou que as questões orçamentárias apresentadas não representam má vontade do Governo, pelo contrário, sempre visualiza uma disposição da SEPOG nas tratativas, inclusive com a apresentação de outras alternativas. Alegou que a pauta não deveria se ater a desfazer às conquistas já alcançadas pela polícia/bombeiros militares, como, por exemplo, os CDS, devendo buscar novas alternativas. Alertou que existe uma constante tentativa de "jogar" os praças contra os oficiais e que isso não é saudável para corporação, devendo buscar soluções para as demandas da categoria. Com relação ao interstício, disse que já apresentou a redução, aguardando agora o posicionamento do Governo. Disse que é prioridade do Governador a equiparação e o fluxo de promoção da carreira. Afirmou que irá alcançar mais de 5 mil vagas de patentes neste Governo. Exaltou a excelência dos policiais militares do Estado de Rondônia. **A pedido do Deputado Jesuíno Boabaid, foi informado pela Secretária/SEPOG, que a quebra de interstício – prevista para agosto 2024 - e as promoções não serão impactadas pelo Decreto de contenção de gastos que será publicado pelo Governo.** O Deputado Jesuíno Boabaid disse que alterará a legislação sobre a promoção, **devendo ser reanalisada a forma de aplicação de provas.** O Procurador-Geral disse que as promoções não serão impactadas pelo Decreto de contenção de gastos, pois já são previstas em Lei. Estes impactos não serão computados como irregulares, porque já estão incluídos e previstos no crescimento vegetativo. Ressaltou que o diálogo está aberto, colocando-se à disposição. **A SECRETÁRIA/SEPOG fez considerações finais de que o diálogo foi construtivo, sobretudo em relação à questão financeira orçamentária. Ausentem-se da audiência de instrução legislativa** o Procurador-Geral do Estado e a Secretária da SEPOG às onze horas e cinquenta e nove minutos. Em seguida, fez o uso da palavra o **CEL BM JOSÉ CONSTANTINO DA SILVA**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

JÚNIOR, Representante do Comandante-Geral – CBMRO, informou que no Comando de Bombeiro Militar existe uma política de valorização muito forte para toda a corporação, inclusive em alguns departamentos os praças recebem CDS e os oficiais não. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** informou que irá verificar a real necessidade de publicação de Decreto de Contingenciamento de gastos. Além disso, reiterou o pedido de informações de CDS, curso, totens e viaturas. Fez pedido de informações sobre a quantidade de alunos que estão habilitados para o curso de formação de sargento e também questionou sobre os processos que foram instaurados contra os policiais que manifestaram suas opiniões relacionados à tabela salarial aprovada, alertando que para que não tenha prejuízos à corporação, não deverá haver punição, solicitando anistia. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** ressaltou que o debate da tabela salarial foi feito, inclusive, no interior, e disse que deveria ter mais união nas Associações da Polícia Militar. Pontuou que é necessário a rediscussão dos valores da tabela salarial aprovado; o **CEL PM REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO** informou que estão sendo feitos estudos da LOB e o **CEL BM JOSÉ CONSTANTINO DA SILVA JÚNIOR** pontuou que a LOB está sendo implementada de modo a não causar prejuízos à corporação; O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** informou que irá solicitar perícia nos batalhões para que haja **expansão de gratificação de adicional de compensação orgânica para os "arheiros"**; Da mesma forma, mostrou a **necessidade de unificar as gratificações dos bombeiros mergulhadores, porque, por exemplo, um coronel ganha três mil reais e um cabo setecentos reais, recomendando gratificação única e igualitária a todos**; Registrada a proposta do **CEL BRAGUIN** de que seja encaminhado minuta de alteração/criação de gratificações para apreensão de armamento para flexibilizar, melhorar, incentivar o efetivo militar às apreensões de armas, nivelando de acordo com o potencial bélico do armamento apreendido. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** também propôs a doação/compra de armas por valor simbólico aos militares da reserva. A pedido do **CORONEL BM VITAL-Secretário da SESDEC** foi exibido vídeo institucional do Governo do Estado de Rondônia com as principais ações realizadas em prol da Segurança Pública no primeiro



7



semestre do ano de 2024, com mais de cem milhões em investimentos. O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** parabenizou as ações feitas pelo Governo, mas enfatizou a importância das melhorias salariais e o cumprimento dos acordos feitos em dezembro de 2023. Destacou sobre a necessidade de analisar a legislação, buscar benefícios e realizar visitas técnicas em outros Estados para trazer melhorias/benefícios para a Polícia e o Bombeiro Militar de Rondônia, estendendo o convite às autoridades que estão compondo a mesa da audiência de instrução. O **CEL BRAGUIN** fez o breve adendo de que a existência de concursos propicia a movimentação e a existência de promoções na carreira militar. O **CORONEL BM VITAL-Secretário da SESDEC** reiterou a manutenção da quebra do interstício (agosto/2024). O **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID** informou que irá apresentar na próxima sessão ordinária um PDL para **sustar parte dos efeitos do Decreto que trata sobre o curso de formação que considera ilegal quanto à reprovação; reiterou que a quebra de interstício que ocorrerá em agosto de 2024 prestigiará a todos os militares, oficiais e praças, ressaltando ainda que todos os possíveis cortes orçamentários e financeiros que deverão ser feitos pela Polícia e Bombeiro Militar, deverão ser implementados em melhorias salariais somente para estes.** Encerrando a audiência, agradeceu a presença de todos os presentes. A Audiência de instrução legislativa foi encerrada às treze horas e cinquenta minutos.

E, a fim de firmar o **TERMO DE COMPROMISSO**, nesta audiência de instrução legislativa, **as autoridades públicas signatárias assumem, nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º, todos da Lei nº 3.951/2016, c/c o art. 47-A e seus respectivos parágrafos, do Regimento Interno, o compromisso de viabilizar soluções - jurídicas e administrativas - das demandas apresentadas nesta audiência, quais sejam: A SEPOG e a PGE firmaram o compromisso de que a quebra de interstício (agosto/2024) e as promoções já previstas em Lei não serão impactadas pelo Decreto de contenção de gastos que será publicado pelo Governo; A SESDEC enviará informações, no prazo de 10 dias, sobre os valores gastos com CDS da Polícia e dos Bombeiros Militares, totens e viaturas; bem como ficou acordado o seguinte: 1º) a quantidade de alunos que estão**

8



habilitados para o curso de formação de sargento, após a quebra do interstício em agosto de 2024 (**prazo de resposta pelo governo 10 (dez) dias**); **2º**) levantamento da quantidade de alunos que pode suportar a diretoria de ensino em virtude dos cursos de formação de sargentos (**prazo de resposta pelo governo 10 (dez) dias**); **3º**) levantamento do quantitativo de policiais que serão atendidos com a criação da gratificação de atividade operacional (**prazo de resposta pelo governo 10 (dez) dias**); **4º**) quantos processos foram instaurados pela manifestação de pensamento de policiais militares relacionados à tabela salarial (**prazo de resposta pelo governo 10 (dez) dias**); **5º**) A análise sobre a possibilidade de concessão de anistia administrativa nas hipóteses em que não houver prejuízos à corporação; **6º**) a análise sobre o encaminhamento de minuta de alteração/criação de gratificações para apreensão de armamento para melhorar e incentivar o efetivo militar às apreensões de armas, nivelando de acordo com o potencial bélico do armamento apreendido; **7º**) análise da proposta de doação/compra de armas por valor simbólico aos militares da reserva; **8º**) fica consignado a análise da viabilidade financeira de realização de perícia nos batalhões, especificamente nas reservas de armamentos para subsidiar o pagamento de adicional de compensação para os armeiros; **9º**) a análise jurídica e legislativa na equiparação do adicional de compensação orgânica entre oficiais e praças quanto aos mergulhadores do bombeiro militar; e **10º**) O proponente da Audiência (DEPUTADO) irá realizar visitas técnicas em outros Estados para buscar mais melhorias/benefícios para a Polícia e o Bombeiro Militar do Estado de Rondônia. Por fim, destaca-se que, em havendo descumprimento dos compromissos firmados nesta Ata, a parte proponente poderá pleitear a responsabilização jurídica a autoridade pública compromissada, nos termos da Lei nº 3.951, de 2016. E em nada a mais sendo a tratar, dou por encerrada a presente Ata.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



Documento assinado digitalmente

JESUÍNO SILVA BOABAID

Data: 13/07/2024 20:28:30 -0100

Verifique em <https://validar.lf.gov.br>

JESUÍNO BOABAID

Deputado Estadual

CORONEL BM FELIPE BERNARDO VITAL

Secretário/SESDEC

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária/SEPOG

CEL PM REGIS WELLINGTON BRAGUIN

SILVERIO

Comandante-Geral da PM

BM JOSÉ CONSTANTINO DA SILVA JÚNIOR

Representante do Comandante-Geral -

CBMRO

THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA

Procurador-Geral do Estado

Represente a Ata de audiência legislativa no dia 12.07.2024, às 9h05min.

